



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 7
Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS
MUNICIPAL

1. Implantar, ampliar, incentivar, subsidiar e viabilizar o projeto “Parque Tecnológico” nas três esferas de governo.
2. Ampliar esforços da administração pública nas três esferas de governo para expandir e aperfeiçoar os serviços hoje prestados pelas Práticas Integrativas e Complementares considerando o baixo custo das medicações e a resolutividade de grande parte dos problemas de saúde da população.
3. Implementar Programas de Residência Multiprofissional do município Juiz de Fora, visando fortalecer a assistência em todos os níveis de atenção.
4. Garantir que o Poder Judiciário observe a recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, que trata das orientações do Conselho Nacional de Justiça, antes de decidir liminarmente sobre tecnologias não incluídas nas tabelas de procedimentos do Sistema Único de Saúde.
5. Garantir ao usuário do SUS o acesso ao sistema de informação, a exemplo do SUS Fácil, a fim de possibilitar que haja Controle Social e transparência nas ações no que se refere à disponibilidade dos leitos hospitalares e de consultas com médicos especialistas.
6. Implantar o prontuário eletrônico do SUS disponibilizado pelo Ministério da Saúde em todos os pontos de atenção da rede, permitindo o acompanhamento do usuário, humanizando o cuidado, aumentando a eficiência dos serviços e racionalizando gastos.
7. Valorizar a fitoterapia sendo implementada no município como uma Prática Integrativa e Complementar, já aceita a nível nacional. Incentivando a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, com ênfase na Fitoterapia, com estratégias de educação para sua correta e oportuna utilização pela Atenção Primária à Saúde e em outros pontos de atenção da REDE Assistencial. Garantindo aquisição e distribuição de fitoterápicos pela Farmácia Básica de Minas Gerais e por outros mecanismos. Como Consórcios Públicos e/ou compra direta pelas Prefeituras, conforme Pactuação na CIB SUS/MG.
8. Garantir o acesso de pacientes em situação de risco avaliada pelo médico, à tecnologias existentes, de forma rápida e eficaz, cumprindo assim com os princípios do SUS.



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 7
Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS

ESTADUAL

1. Implantar, ampliar, incentivar, subsidiar e viabilizar o projeto “Parque Tecnológico” nas três esferas de governo.
2. Ampliar esforços da administração pública nas três esferas de governo para expandir e aperfeiçoar os serviços hoje prestados pelas Práticas Integrativas e Complementares considerando o baixo custo das medicações e a resolutividade de grande parte dos problemas de saúde da população.
3. Garantir que o Poder Judiciário observe a recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, que trata das orientações do Conselho Nacional de Justiça, antes de decidir liminarmente sobre tecnologias não incluídas nas tabelas de procedimentos do Sistema Único de Saúde.
4. Garantir ao usuário do SUS o acesso ao sistema de informação, a exemplo do SUS Fácil, a fim de possibilitar que haja Controle Social e transparência nas ações no que se refere à disponibilidade dos leitos hospitalares e de consultas com médicos especialistas.
5. Garantir o acesso de pacientes em situação de risco avaliada pelo médico, à tecnologias existentes, de forma rápida e eficaz, cumprindo assim com os princípios do SUS.
6. Incentivar e garantir recursos para pesquisas do extrato de própolis verde para combater o envelhecimento e o câncer.



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 7

Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS

NACIONAL

1. Implantar, ampliar, incentivar, subsidiar e viabilizar o projeto “Parque Tecnológico” nas três esferas de governo.
2. Ampliar esforços da administração pública nas três esferas de governo para expandir e aperfeiçoar os serviços hoje prestados pelas Práticas Integrativas e Complementares considerando o baixo custo das medicações e a resolutividade de grande parte dos problemas de saúde da população.
3. Garantir que o Poder Judiciário observe a recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, que trata das orientações do Conselho Nacional de Justiça, antes de decidir liminarmente sobre tecnologias não incluídas nas tabelas de procedimentos do Sistema Único de Saúde.
4. Promover a quebra das patentes para que haja a desburocratização e incentivo aos laboratórios nacionais na livre concorrência do mercado nacional e internacional.
5. Garantir o acesso de pacientes em situação de risco avaliada pelo médico, à tecnologias existentes, de forma rápida e eficaz, cumprindo assim com os princípios do SUS.
6. Incentivar e garantir recursos para pesquisas do extrato de própolis verde para combater o envelhecimento e o câncer.

Home-page: www.pjf.mg.gov.br/consaude / E-mail: cmsjf@ig.com.br